

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA 21 DE JULHO DE
2022 – N.º 14/2022 - MANDATO 2021 – 2025**

--- Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Vila de Alpiarça, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2021/2025, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Presidente Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes e com a participação dos Senhores Vereadores Jorge Manuel Claudino de Freitas, João Pedro Costa Arraiolos, Ana Margarida Vences Rosa do Céu e Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo. Secretariou a reunião Vanessa Alexandra Pepino dos Santos Dias, Técnica da Subunidade de Administração Geral – Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Alpiarça. -----

--- A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do N.º 2 do artigo 53.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei N.º 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte: -----

Ponto 01 – Proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 7 de julho de 2022 – N.º 13/2022 – Mandato 2021 – 2025. Para deliberação. -----

Ponto 02 – Proposta de Aprovação do Início do Procedimento de Revisão do “Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo para Estudantes do Ensino Superior do Concelho de Alpiarça.” – Para deliberação. -----

Ponto 03 – Proposta de Aprovação do Projeto de “Regulamento do Mercado Municipal do Concelho de Alpiarça”. Para deliberação. -----

Ponto 04 – Proposta de aprovação de minuta de Contrato de Cooperação Interadministrativo para Obras de Construção das Novas Instalações do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Alpiarça. Para deliberação. -----

Ponto 05 – Pedido de Alargamento de Horário de Funcionamento de Estabelecimento. Para deliberação.

--- **ABERTURA DA REUNIÃO** -----

--- A reunião foi aberta pela Senhora Presidente da Câmara, Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes, eram nove horas e quarenta e quatro minutos, que cumprimentou todos os presentes e deu conhecimento do resumo diário de tesouraria, referente ao dia vinte de julho de dois mil e vinte e dois, com um total de disponibilidades de 1.362.304,25 euros (um milhão e trezentos e sessenta e dois mil e trezentos e quatro euros e vinte e cinco cêntimos). -----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- A senhora Presidente iniciou o período antes da ordem do dia, dando a palavra aos Vereadores. -----
--- O senhor Vereador João Pedro Arraiolos tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e referiu que tinha feito um requerimento verbal, sobre os subsídios atribuídos às associações e coletividades, no sentido de lhe serem enviados os critérios que levaram ao cálculo dos valores que foram definidos. Disse, também em relação ao Clube Desportivo “Os Águias”, que tinha havido o compromisso por parte do Município, assumido na reunião de Câmara de 28 de julho de 2017, para a intervenção no edifício da sede do clube, porque era uma intervenção excecional, que abrangia quer a parte da cobertura, quer do piso, e como tal merecia um apoio excecional, que não devia ser retirado ao apoio normalmente atribuído para a atividade do clube. Colocou uma questão, relativa à Componente de Apoio Familiar (CAF) e à Ocupação de Tempos Livres (OTL) que estavam a decorrer, uma vez que lhe tinham sido colocadas algumas questões relacionadas com a atividade desenvolvida, nomeadamente, o facto da CAF e OTL juntar crianças desde os 6 até aos 14 anos, sendo que o próprio valor que estava definido, no programa de resposta social, tinha pouco de social face aos aumentos que foram praticados em tal atividade, tendo o escalão mais baixo sido aquele que tinha sofrido o maior aumento, na ordem dos 167%, uma vez que as pessoas deixaram de pagar 15€ por quinzena, para pagar 40€, no escalão B deixaram de pagar 25€, para pagar 60€ e no escalão C deixaram de pagar 35€ para pagar 80€, verificando-se aumentos na ordem dos 140%, 150% e 160%. Disse

também relativamente à CAF e à AAAF (Atividades de Apoio e Animação da Família), que tinha sido manifestada uma preocupação pelos pais, sobre se havia intenção de manter os níveis de aumento nessa resposta social que o Município de Alpiarça dava, sendo que na sua ótica, era função do Município apoiar as famílias, de forma mais ativa e não propriamente manter tais níveis de aumento de valores. Disse, que para uma família de escalão A, pagar mais 50€ por mês era um valor bastante significativo. Continuou a intervenção, colocando uma questão que tinha a ver com a promoção do melão, nomeadamente com a atividade que se desenvolvia no Concelho naquela altura inquirindo se tinha sido opção de acabar, ou de não dar continuidade ao Festival do Melão, no sentido de promover um produto ao qual grande parte dos agricultores se dedicavam naquela altura do ano, até porque tinha sido referido pela senhora Presidente, que iria haver uma atividade no mesmo espaço noutros moldes. Referiu, ainda, que não tinha conhecimento de ter decorrido qualquer tipo de evento, que tivesse relacionado com a promoção e divulgação do melão naquele período, sendo que achava que deveria fazer-se mais em relação a tais agricultores que tinham um produto conhecido e diferenciador na região. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e questionou se a senhora Presidente tinha algumas novidades em relação à reunião realizada com a senhora Secretária de Estado da Saúde. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que relativamente aos subsídios atribuídos às coletividades, que a Câmara tinha acolhido o requerido e iria responder ao questionado. Relativamente à promoção do melão, explicou que estavam a preparar um evento para o Parque do Carril, integrado na zona de venda de fruta e de melão a realizar no próximo ano, em substituição do Festival do Melão, sendo que no corrente ano o Festival do Melão iria decorrer no âmbito da ALPIAGRA, pois estava a ser preparado o concurso de melão e melância, o júri estava formado, e estavam a ser recolhidos junto dos agricultores os melões e as melâncias a concurso, pelo que, todo o processo do concurso iria decorrer e os prémios iriam ser entregues na ALPIAGRA, onde iria haver um espaço específico para a promoção do melão, com as atividades conexas e com os produtos derivados que era possível conseguir-se através da utilização do melão. Quanto à tentativa de reorganização do espaço do carril, disse que seria também melhorado substancialmente no próximo ano, porque se pretendia que o espaço de comercialização do melão viesse a ter uma outra apresentação.

Referiu, que uma equipa da TVI e da CNN tinham feito uma reportagem sobre o melão e melância em Alpiarça, e tinham visitado uma exploração agrícola e entrevistado o agricultor, tendo ainda visitado o mercado de melão e entrevistado os vendedores, no sentido de darem ênfase ao resultado da produção de melão no Concelho. Disse, que tinha sido amplamente afirmado que se pretendia continuar a apoiar tal atividade, bem como a promoção do melão enquanto produto de excelência do Concelho. Relativamente à reunião com a senhora Secretária de Estado da Saúde, explicou que tinham sido uma reunião muito difícil, como já se previa e, na sequência dessa reunião também já tinha acontecido uma reunião com o Presidente da ARS, sendo que a situação era complicada e mantinha-se a circunstância da aposentação dos dois médicos, sendo que lhes tinham transmitido que não havia muita viabilidade na continuidade daqueles dois profissionais, para além dos 70 anos. Disse, que estava a ser muito difícil saírem autorizações que permitissem que os profissionais continuassem, sendo certo que isso também dependeria em primeira linha da vontade deles, mas esse facto podia vir a inviabilizar a reestruturação de toda a Unidade de Saúde Familiar (USF) com médicos jovens, bem como o lançamento de um projeto que permitisse a transição da USF de tipo A para tipo B, o que incrementaria substancialmente um rendimento de todos os profissionais que estavam na USF, tornando-se um espaço mais apetecível para os profissionais. Referiu que, na sequência da reunião com a senhora Secretária de Estado da Saúde, não tinha sido avançadas grandes soluções, tendo sido referidos contratos de bata branca com as misericórdias, a possibilidade de manutenção dos médicos aposentados, e também a possibilidade de haver alguma facilitação na passagem da USF tipo A para tipo B, sem grandes formalismos. Explicou ainda, que tinha sido garantido que as pessoas de Alpiarça não iam ficar sem médico, mas não garantia médico para todas as pessoas, e seguramente que o Executivo, com a colaboração dos senhores vereadores da CDU, tudo iria fazer para que as pessoas não ficassem sem um serviço básico e fundamental que era o serviço de saúde de proximidade.

--- A senhora Vereadora Margarida do Céu tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e referiu que no total tinham sido feitas 70 inscrições na CAF e 15 no OTL, embora tal número tivesse sofrido oscilações. Disse que, no OTL, a idade máxima era até aos 14 anos, mas só tinham havido inscrições até aos 11 anos, ou seja, não existiam inscrições de crianças mais velhas. Relativamente às atividades, referiu que tinha optado por não ter apenas brincadeira livre, mas atividades mais direcionadas, que envolviam a equipa do desporto

e o gabinete da cultura, e semanalmente era apresentado um plano aos pais, com as saídas para as piscinas, bem como com as saídas para fora do Concelho. Relativamente aos valores, explicou que no final da CAF e do OTL, iriam apresentar um relatório pormenorizado, com quantas crianças tinham estado inscritas por semana, os locais que as crianças tinham visitado e as atividades que tinham sido desenvolvidas, para posteriormente analisarem e fazerem um balanço. -----

--- **Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:** -----

--- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

--- **Ponto 01 – Proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 7 de julho de 2022 – N.º 13/2022 – Mandato 2021 – 2025.** -----

--- **Deliberação:** A proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 7 de julho de 2022 – N.º 13/2022 – Mandato 2021 – 2025, foi aprovada por unanimidade pelos presentes na reunião a que se refere, depois das alterações efetuadas pela senhora Presidente e pela senhora Vereadora Fernanda Cardigo. -----

--- **Ponto 02 – Proposta de Aprovação do Início do Procedimento de Revisão do “Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo para Estudantes do Ensino Superior do Concelho de Alpiarça.” – Para deliberação.** -----

--- A senhora Presidente referiu, que se tratava da proposta de aprovação de início de procedimento de alteração e do regulamento, porque tinham feito uma análise ao anterior regulamento, com o qual genericamente concordavam, no entanto havia algumas alterações a introduzir que iriam melhorar o regulamento e a atribuição das respetivas bolsas. Disse que, o que se propunha na proposta era determinar, em cumprimento da legislação, a publicitação o início do procedimento de revisão do “Regulamento de atribuição de bolsas de estudo para estudantes do Ensino Superior do Concelho de Alpiarça”, de modo a que os interessados pudessem querendo, apresentar os seus contributos, mediante requerimento escrito dirigido à Presidente da Câmara Municipal, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do edital no “site” do Município. -----

--- O senhor Vereador João Pedro Arraiolos tomou a palavra, referindo que tais regulamentos eram dinâmicos, porque a realidade se ia alterando, sendo que no regulamento inicial se previam menos de 10 candidatos nos primeiros anos, e agora tinham uma realidade um pouco diferente, e como tal, tinha havido um aumento gradual de candidatos e, portanto o regulamento teria que ser adaptado para ir ao encontro das expectativas das pessoas. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que tinham tentado atualizar o mais possível o regulamento, face à realidade, e era bom que existissem muitas candidaturas às bolsas, porque isso significava que havia muitos jovens a ingressarem no ensino superior, o que era importante para o Concelho. Disse, também que pretendiam criar outros mecanismos de apoio, que visassem aqueles, que já tinham concluído o ensino superior e, que de alguma forma pudessem ajudar ou contribuir para a sua fixação no Concelho. -----

--- **Deliberação:** A proposta de Aprovação do Início do Procedimento de Revisão do “Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo para Estudantes do Ensino Superior do Concelho de Alpiarça”, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Ponto 03 – Proposta de Aprovação do Projeto de “Regulamento do Mercado Municipal do Concelho de Alpiarça”. Para deliberação.** -----

--- A senhora Presidente referiu que o regulamento do Mercado Municipal estava em vigor desde 2007, e na sequência da passagem do tempo, mas sobretudo na sequência das obras de intervenção no próprio mercado era importante atualizar tal regulamento. -----

--- O senhor Vereador João Pedro Arraiolos tomou a palavra, referindo que o anterior Executivo já tinha aprovado a abertura do procedimento para rever aquele regulamento, tendo em conta a nova realidade do próprio mercado e do espaço envolvente. Disse, que o regulamento tinha sido seguramente preparado pelos serviços de acordo com o que estava regulamentado anteriormente, com adaptações à nova legislação e às próprias situações, que tinham a ver com horários de funcionamento e com as formas de utilização do espaço. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que algumas alterações tinham a ver com a utilização do próprio espaço do mercado, dado que tinham sido criados armazéns no piso superior, que estavam acessíveis aos lojistas que se encontravam nas lojas do mercado. Em relação à questão da alteração do

horário de abertura e de encerramento do próprio mercado, explicou que a mesma se prendia com o facto de haver pontualmente alguns negócios que estavam a funcionar até mais tarde, uma vez que o seu público-alvo assim o exigia, sendo que havia alterações na própria utilização do espaço interior do mercado e na disciplina dessa organização, propondo-se um conjunto de novas regras, de forma a permitir que o mercado funcionasse e que viesse a melhorar substancialmente as condições para quem já tinha os seus negócios e, para quem eventualmente quisesse colocar novos negócios. -----

--- **Deliberação:** A proposta de Aprovação do Projeto de “Regulamento do Mercado Municipal do Concelho de Alpiarça”, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Ponto 04 – Proposta de aprovação de minuta de Contrato de Cooperação Interadministrativo para Obras de Construção das Novas Instalações do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Alpiarça. Para deliberação.** -----

--- A senhora Presidente referiu que tinha estado reunida com a senhora Secretária de Estado da Administração Interna, no sentido de perspetivar a evolução da construção do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana em Alpiarça, bem como para perceber o ponto de situação de tal obra, dado que havia um contrato de cooperação celebrado, que já tinha sido revisto e que tinha culminado no envio daquela minuta de Contrato de Cooperação Interadministrativo, que era exatamente o que tinha de ser assinado, para que o Município se pudesse constituir como dono da obra, lançar o procedimento e entregar a obra a quem vencesse o concurso, ou seja, para que o Município pudesse desenvolver o processo, em substituição do Ministério da Administração Interna, sendo o Ministério a assumir a responsabilidade financeira com a construção do posto territorial. Relativamente ao ponto de situação, disse que o projeto estava concluído e decorria a fase de revisão de preços, no sentido de adequar o valor da empreitada, para se fazer uma atualização, sendo que os materiais e os custos de produção eram substancialmente diferentes, ou seja, estavam na fase de revisão de preços, para que a senhora Secretária de Estado pudesse solicitar a respetiva autorização às finanças para aquela despesa. -----

--- O senhor Vereador João Pedro Arraiolos tomou a palavra, referindo que a questão do valor era perfeitamente aceitável. Disse, que aquela era uma ambição dos Alpiarcenses já de há muitos anos, e que tinham conseguido estabelecer o protocolo para elaboração do projeto, havia 4 anos, pelo que esperava

agora que todo o processo se desenvolvesse num ritmo normal. Referiu ainda, que assim o concurso seria lançado por valores apetecíveis para o mercado atual. Frisou, que a minuta não tinha qualquer informação técnica, mas presumia que a mesma tivesse sido analisada pelos serviços jurídicos do Município. Relativamente ao financiamento, disse que o mesmo lhe deixava algumas dúvidas, na medida em que naquele tipo de empreitadas podiam surgir um conjunto de problemas relacionados com a sua execução, designadamente o incumprimento por parte do empreiteiro, haver necessidade de tomar posse administrativa, avançar para tribunal, e portanto havia uma hipótese de despesas que podiam vir a surgir, que o Município não controlava, mas que poderiam ser de valores bastante elevados. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que o ponto 5 se referia aos emolumentos, taxas e custas que fossem devidas pela execução da empreitada, ou seja, eram licenciamentos, mas como era evidente, a situação do eventual contencioso era uma questão que estava sempre colocada. -----

--- **Deliberação:** A proposta de aprovação de minuta de Contrato de Cooperação Interadministrativo para Obras de Construção das Novas Instalações do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Alpiarça, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Ponto 05 – Pedido de Alargamento de Horário de Funcionamento de Estabelecimento. Para deliberação.** -----

--- A senhora Presidente explicou que, a proposta se referia a um pedido de alargamento do horário de funcionamento do estabelecimento, e portanto tratava-se de um requerimento de um dos lojistas/comerciantes do Mercado Municipal, no qual pedia a abertura do seu espaço até às 2:00 da manhã, ou seja, até ao limite máximo de funcionamento que estava regulamentado para o Mercado Municipal. -----

--- O senhor Vereador João Pedro Arraiolos tomou a palavra, referindo que se tratava de uma zona não habitacional junto à estrada nacional, sendo que o barulho provocado pela passagem dos camiões fora de horas, poderia provocar mais distúrbios nas pessoas que ali viviam relativamente perto, do que propriamente no espaço ao ar livre no mercado. -----

--- **Deliberação:** A proposta do pedido de Alargamento de Horário de Funcionamento de Estabelecimento, feito pelo senhor Manuel do Rosário Sobral Neves, para o seu estabelecimento comercial o “Calhambeque”, foi aprovada por unanimidade. -----

--- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE-----

--- A senhora Presidente da Câmara Municipal deu início ao período de intervenção do público, conferindo as respetivas inscrições para o mesmo e dando a palavra ao público inscrito. -----

--- Foi dada a palavra ao munícipe Eduardo Costa, que começou por referir-se à dificuldade que havia em se contactar com o Centro de Saúde telefonicamente, o que obrigava as pessoas a se deslocarem lá desnecessariamente, sendo que já tinha abordado o assunto numa reunião de Câmara, e a senhora Vereadora da CDU tinha referido que tinha conhecimento que estavam em vias de adquirir uma nova central telefónica, que iria agilizar a situação, pelo que questionava o ponto de situação ou se tudo se mantinha igual. Referiu, que deveria haver um esforço não de rotina, mas de agilização de procedimentos e procurar também agilizar o contacto com as pessoas, maioritariamente idosas, para não terem que ir ao Centro de Saúde. Questionou, sobre a limpeza da Vala Real, uma vez que nasciam frequentemente jacintos de água e tal limpeza se tornavam numa rotina. Disse que, verificou, que a Vala Real estava a ser limpa, e questionou se o equipamento utilizado tinha sido comprado ou recuperado. Referiu, que os semáforos junto ao Jardim Municipal estavam intermitentes, talvez na sequência de algum acidente e, por isso gostava de saber o ponto de situação, para se restabelecer a situação do trânsito. Questionou também, sobre o processo de certificação do melão de Alpiarça, ou seja, se existia algum processo ou algo que tivesse sido feito e qual era o ponto de situação. -----

--- Interveio a senhora Presidente, começando por referir que relativamente à questão da saúde, não tinha informação se havia uma nova central telefónica. Disse que, no entanto, era importante garantir e continuar a ter uma equipa dedicada, e com profissionais de grande qualidade, sendo que julgava que as pessoas, na maioria dos casos, tinham uma relação muito próxima com a maior parte dos utentes da USF, porque eram pessoas conhecidas e acessíveis pela população. Frisou, que o aspeto da equipa e do bom funcionamento da USF, era algo que queriam continuar a garantir, e pretendiam ajudar a criar todas as condições para que a própria unidade subsistisse. Salientou, que apesar das melhorias poderem ser introduzidas, o facto de haver novos equipamentos não resolvia completamente a situação, porque era necessário pessoas para atender as chamadas telefónicas e para dar resposta. Relativamente à limpeza da Vala Real, explicou que tinham iniciado o processo de limpeza da mesma com meios próprios, sendo que a retro-escavadora tinha

começado a fazer o descolamento das ervas, dos jacintos de água e da pinheirinha das margens, para permitir que essas infestantes fossem retiradas com maior facilidade, uma vez que, na zona da margem os jacintos de água estavam muito apegados à mesma. Disse, que de facto as máquinas estavam numa situação de degradação muito grande e, portanto a retro-escavadora tinha avariado novamente, tal como tinha acontecido com os carros de recolha de lixo, que tiveram que ser reparados. Referiu, que não tendo os meios próprios para continuar com a limpeza, tinham desencadeado a limpeza por meios contratados. Relativamente aos semáforos, informou que tinha havido um acidente e o semáforo tinha sido destruído, e nessa sequência, tinham contactado as Infraestruturas de Portugal, no sentido de substituir o semáforo, nem que fosse por um semáforo móvel que permitisse regular o trânsito. No entanto, as Infraestruturas de Portugal não tinham semáforos, pelo que tinham procedido à reparação do semáforo, que estaria em condições de funcionar brevemente. Relativamente ao melão, disse que não conhecia nenhum processo de certificação do melão de Alpiarça, até porque para se certificar um produto ao nível da própria Comissão Europeia, tinha que se cumprir um conjunto de requisitos, e não bastava ter um produto que era único ou que era específico da região. Disse, que o único melão que era específico de Alpiarça, era o melão Manuel António, que constava e tinha sido inscrito pelo Município no Catálogo Nacional de sementes, com uma semente específica designada Melão Manuel António. Referiu, que a certificação do produto requeria que houvesse uma área de cultivo, bem como vários produtores e índices de comercialização, ou seja, um conjunto de requisitos que não se cumpriam atualmente e dificilmente se conseguiriam cumprir, porque não se tinha uma área de produção suficiente, bem como uma zona demarcada fisicamente aonde tal melão especificamente fosse cultivado. -----

--- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

--- Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pela Presidente, eram 11h05m, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. E eu, Vanessa Alexandra Pepino dos Santos Dias, Técnica da Subunidade de Administração Geral – Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Alpiarça, a redigi e vou assinar com a senhora Presidente. -----

A Presidente da Câmara Municipal

Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes

A Técnica da Subunidade de Administração Geral

Vanessa Alexandra Pepino dos Santos Dias